

ESTA PARTE É EDITADA
ELETRONICAMENTE DESDE
18 DE JANEIRO DE 2006

DIÁRIO OFICIAL



PARTE IB
TRIBUNAL DE CONTAS

DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ANO XLVII - Nº 128
QUARTA-FEIRA, 7 DE JULHO DE 2021

www.ioerj.com.br



PRESIDENTE
Rodrigo Melo do Nascimento
VICE-PRESIDENTE
Marianna Montebello Willemann
CORREGEDORA-GERAL
Marianna Montebello Willemann

GABINETE DOS CONSELHEIROS

José Gomes Graciosa
Marco Antônio Barbosa de Alencar
José Maurício de Lima Nolasco
Aloysio Neves Guedes
Domingos Inácio Brazão
Marianna Montebello Willemann
Rodrigo Melo do Nascimento

GABINETE DOS CONSELHEIROS SUBSTITUTOS

Marcelo Verdini Maia
Andrea Siqueira Martins
Christiano Lacerda Ghuerrren

MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL

Henrique Cunha de Lima - Procurador-Geral

ORGÃOS DA PRESIDÊNCIA

CHEFIA DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Laelio Soares de Andrade

PROCURADORIA-GERAL DO TCE-RJ
Sérgio Cavaliéri Filho

AUDITORIA INTERNA
Patrícia Fernandes Marques

ÓRGÃOS EXECUTIVOS DE PRIMEIRO NÍVEL

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA
Marina Guimarães Heiss

SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
Oseias Pereira de Santana

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
Mário Henrique Monteiro da Silva Anache

TRIBUNAL DE CONTAS - RJ

www.tce.rj.gov.br

SUMÁRIO

Plenário	1
Gabinetes	3
Presidência	3
Secretaria-Geral de Administração	3

Plenário

Ata da 19ª sessão ordinária do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, no ano de 2021, realizada em 16 de junho.

Aos dezesseis dias de junho de dois mil e vinte e um, às quatorze horas e trinta e cinco minutos, reuniu-se o Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, em sua décima nona sessão ordinária, sob a presidência do Senhor Conselheiro Rodrigo Melo do Nascimento, deliberada por videoconferência, em caráter excepcional, em substituição às sessões de julgamento presenciais do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, de acordo com a Deliberação TCE-RJ nº 307, de 31 de março de 2020, regulamentada pelo Ato Normativo Conjunto nº 03, de 1º de abril de 2020. Compareceram a Senhora Conselheira Marianna Montebello Willemann, os Senhores Conselheiros-Substitutos Marcelo Verdini Maia, Andrea Siqueira Martins e Christiano Lacerda Ghuerrren e, representando o Ministério Público de Contas (MPC), o Senhor Procurador-Geral Henrique Cunha de Lima. Foram aprovadas as atas da 18ª sessão ordinária telepresencial, de 09 de junho de 2021, e da 19ª sessão virtual, de 07 a 11 de junho de 2021, que foram previamente submetidas aos Senhores Conselheiros, os quais, indagados se estavam de acordo com os seus termos, na forma do artigo 130 e parágrafos do Regulamento Interno, assim o confirmaram. A Presidência informou ao Plenário que procederá à inversão de pauta como forma de conferir prioridade ao relato de processos com pedidos de sustentação oral, bem como daqueles com solicitação de preferência apresentada perante a Subsecretaria das Sessões. Assim, chamou à deliberação os Processos TCE-RJ nºs 234074-7/2020, 234075-1/2020, 234077-9/2020, 234079-7/2020 e 234078-3/2020 (Representações das Prefeituras Municipais de Barra do Piraí, Japeri, Paraíba do Sul, Volta Redonda e Seropédica), da pauta do Senhor Conselheiro-Substituto Marcelo Verdini Maia, tendo sido apregoado, em função de haver pedido de sustentação oral, o nome da Empresa Ligt Serviços de Eleticidade S/A, cujo representante, Dr. Gabriel Calais Fonseca, procedeu à defesa, para todos os processos, após leitura do relatório pelo Senhor Conselheiro-Substituto, explicando se tratar de um conjunto de cinco representações que foram ajuizadas contra as Prefeituras. Após contextualizar as atividades e relações da Empresa com as instituições, ressaltou que o objetivo dela não era utilizar o Tribunal de Contas com uma instância de cobrança, o que vinha sendo feito no Poder Judiciário. O que se pretendia era apenas e tão somente que fosse observada a lei, e que esse cenário generalizado de inadimplência não se perpetuasse, aplicando-se o princípio da legalidade e o princípio da moralidade na relação do Poder Público com a Empresa. A seguir, destacou alguns pontos das Representações. O primeiro deles, a violação ao art. 37, inc. IV, da Lei de Responsabilidade Fiscal, que equipara as operações de crédito e veda a assunção de obrigação sem autorização orçamentária com fornecedores para pagamento a posteriori. Assim, explicou, as prefeituras deixavam de efetuar os pagamentos das contas de energia elétrica para, posteriormente, promover uma confissão de dívida e o seu parcelamento, o que acabava funcionando como uma verdadeira operação de crédito, cujo custo era a compensação financeira acrescida da multa prevista no contrato firmado. O segundo ponto era a violação ao art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que dispunha que o titular de poder ou órgão não poderia, nos últimos dois quadrimestres de mandato, contrair despesa que não pudesse ser cumprida dentro dele. Aduziu tratar-se de uma conduta que era absolutamente grave e tipificada no Código Penal, no art. 359-C. Entretanto, remarcou, em todos os casos em apreço, essas prefeituras cumularam débitos diversos entre os meses de maio e dezembro de 2020, pelo que então era evidente a violação à Lei de Responsabilidade Fiscal. E o terceiro ponto, destacou, era a violação ao art. 5º da Lei 8.666/1993 e ao art. 141 da Nova Lei de Licitações, os quais tratavam da violação à ordem cronológica dos pagamentos, principalmente, nas faturas de energia elétrica, o que levava a uma verdadeira pedalada fiscal. Ressaltou que a prática rotineira, em todos os casos, era o Poder Público atrasar a fatura do hospital e do colégio, em que a jurisprudência era mais restrita quanto à hipótese de corte no fornecimento de energia, e pagar as faturas da sede da Prefeitura. Concluindo, em face dos argumentos apresentados, requereu o acolhimento do parecer exarado pelo Ministério Público de Contas para que fosse julgada procedente cada uma das Representações e houvesse a instauração de auditoria em cada uma dessas prefeituras, para verificação de possível violação aos dispositivos legais que foram destacados. Retomando a palavra, o Relator solicitou a juntada aos autos da transcrição da defesa oral realizada e, detalhando os aspectos mais relevantes da questão, votou pelo conhecimento, sobrestamento, comunicação, determinação, expedição de ofício, ciência e encaminhamento, incluindo o item de despesa nos dois últimos processos, sendo aprovados por unanimidade. Em continuidade, chamou à deliberação o Processo TCE-RJ nº 101543-0/2021 (Denúncia da Companhia Estadual de Águas e Esgotos), da pauta do Senhor Conselheiro-Substituto Marcelo Verdini Maia, tendo sido apregoado, em função de haver pedido de sustentação oral, o nome da Procuradoria-Geral do Estado, cujo representante, Dr. Thiago Cardoso Araújo, procedeu à defesa, após leitura do relatório pelo Senhor Conselheiro-Substituto, destacando o papel do Tribunal de Contas durante o projeto de concessão de saneamento levada a cabo por meio da Concorrência Internacional nº 1/2020, com a sua contribuição durante a fase de modelagem, a partir da participação ativa durante a fase de audiência pública e, também, do engajamento na realização de diversas reuniões técnicas que claramente impactaram positivamente o edital e as minutas de contrato. Ressaltou, também, em que todos esses casos, a Corte de Contas,

agindo de modo prudente e sensato, sempre procurou estabelecer um diálogo produtivo, ouvindo as razões do Estado acerca de dúvidas e de questões técnicas sem que, em nenhum momento, tivesse sido deferida qualquer tutela provisória que impedisse ou suspender o prosseguimento do certame. Dessa forma, destacou que o resultado da adoção dessa postura, de deferência às opções feitas pelo gestor público, todas amparadas em subsídios técnicos, fora o êxito do leilão realizado no dia 30 de abril, que provou o acerto da modelagem e a confiança de todos os atores envolvidos no projeto. Não obstante esse sucesso, aduziu, constatar-se alguma resistência, representada por sindicatos ligados aos empregados da Cedeae, tendo ressaltado, contudo, que eles detinham plena legitimidade em sua atuação, tanto em sentido processual, quanto à própria legitimidade social. No entanto, em relação aos argumentos trazidos pela denúncia, verificava-se que eles eram ou redundantes ou errôneos ou, ainda, desatualizados. Prosseguindo, pontuou que a questão da Transparência já fora amplamente debatida, reconhecendo-se a realização de três audiências públicas, uma consulta pública e a criação de *hot sites* com a disponibilização de todos os documentos. Lembrou a insistência na tese da aplicabilidade da Lei Estadual 2.831/1997, que limita o prazo do contrato de concessão em 25 anos, tendo rebatido que o Estado não era o concedente, pois ele atuava em nome da Região Metropolitana e dos demais municípios que aderiram ao projeto, não havendo aplicação dessa limitação legal, o que já fora reafirmado diversas vezes tanto na modelagem pelos órgãos técnicos, sendo destacado os pareceres elaborados pela Procuradoria-Geral do Estado, como também em sede de controle feito pela Corte de Contas e pelo Judiciário. Por fim, registrou que a denúncia adotava como suporte um dado extraído de relatório técnico, que indicava um valor de R\$1,40 para o metro cúbico de água tratada, inferindo daí um cenário distorcido, de necessidade de investimentos que seriam exigidos do Estado no futuro. Contudo, argumentou, quando se analisavam os documentos e se verificava a existência da Errata 2/2021, verificava-se que o valor adotado era superior, da ordem de R\$1,70, que garantia a higidez da Cedeae e também um fluxo financeiro para realização de investimentos na coleta e tratamento de água dos principais sistemas do Estado do Rio de Janeiro. Comprovando, ainda, o quanto a denúncia ficara desatualizada, verificava-se que ela adotava como ponto de partida a inconstitucionalidade da Lei Complementar 184/2018, alegando para isso que o exame da constitucionalidade estaria pendente de julgamento pelo Tribunal de Justiça a partir de uma representação de inconstitucionalidade apresentada pelo município do Rio de Janeiro, porém, no final do mês passado, em 31 de maio, houvera o julgamento da referida representação e, nessa oportunidade, o Tribunal de Justiça se manifestara cabalmente pela total constitucionalidade da Lei Complementar 184/2018, que atendia a todos os parâmetros externalizados pelo Supremo Tribunal Federal quando julgara a ADI 1842. Com isso, em conclusão, reiterava o pedido de arquivamento da denúncia. Retomando a palavra, o Relator solicitou a juntada aos autos da transcrição da defesa oral realizada e, detalhando os aspectos mais relevantes da questão, votou pelo conhecimento, improcedência, ciência, expedição de ofício e anexação, sendo aprovado por unanimidade. Na sequência, procedeu-se aos relatos, sendo submetidos à apreciação os processos incluídos em pauta, decidindo o Plenário aprovar por unanimidade, salvo menção em contrário, os respectivos relatórios e votos; observando-se, ainda, haver impedimentos e suspeições da Senhora Conselheira Marianna Montebello Willemann e do Senhor Conselheiro-Substituto Marcelo Verdini Maia registrados nos assentamentos da Subsecretaria das Sessões. Nos relatos, a Presidência tomou em conjunto a votação dos processos das pautas, sendo dispensada a relatoria individualizada, à exceção daqueles nos quais tenha havido qualquer destaque a ser efetuado, conforme artigo 122, parágrafo 3º, do Regulamento Interno da Corte. Foram reletos 49 processos: 10 pela Senhora Conselheira Marianna Montebello Willemann, 14 pelo Senhor Conselheiro-Substituto Marcelo Verdini Maia, 16 pela Senhora Conselheira-Substituta Andrea Siqueira Martins, 06 pelo Senhor Conselheiro-Substituto Christiano Lacerda Ghuerrren e 03 pelo Senhor Conselheiro Rodrigo Melo do Nascimento. A ~~Senhora Conselheira Marianna Montebello Willemann~~ retirou o Processo TCE-RJ nº 217951-1/2019. Devolveu com voto-revisor os Processos TCE-RJ nºs 108419-5/2019 e 108423-6/2019 (apostofrias da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro), pela comunicação ao jurisdicionado, ao Senhor Conselheiro-Substituto Christiano Lacerda Ghuerrren, que retirou seu voto-relator, acompanhando a Senhora Conselheira, sendo aprovado por unanimidade o voto-revisor; 208292-3/2020 (Representação da Prefeitura Municipal de Arrai do Cabo), pelo deferimento parcial, comunicação ao jurisdicionado e manutenção da tutela provisória, ao Senhor Conselheiro-Substituto Marcelo Verdini Maia, que votou pela perda do objeto, indeferimento, manutenção da decisão, sobrestamento, notificação para defesa, ciência e expedição de ofício, tendo o Tribunal deliberado, por três votos a um, nos termos do voto da Senhora Conselheira-Revisora. Em seguida, devolveu sem voto-revisor os Processos TCE-RJ nºs 206159-6/2014 (Prestação de Contas de Subvenção e Auxílio da Prefeitura Municipal de Niterói) ao Senhor Conselheiro-Substituto Marcelo Verdini Maia, que votou pelo indeferimento, conhecimento, não provimento, comunicação e encaminhamento, sendo aprovado por unanimidade; 228386-5/2017 (Recurso de Reconsideração em Relatório de Auditoria Governamental - Auditoria de Conformidade - Extraordinária da Prefeitura Municipal de Paracambi) à Senhora Conselheira-Substituta Andrea Siqueira Martins, que votou pelo conhecimento, não provimento, comunicação e remessa dos autos ao relator original, sendo aprovado por unanimidade; e 220157-2/2015 e 220152-2/2015 (Contratos da Prefeitura Municipal de Paracambi) ao Senhor Conselheiro-Substituto Marcelo Verdini Maia, que votou pelo conhecimento, não provimento, comunicação e encaminhamento, sendo aprovado por unanimidade. Prosseguindo, continuou o julgamento do Processo TCE-RJ nº 111787-3/2014 (Ata de Registro de Preços da Secretaria de Estado da Polícia Militar), com voto pelo conhecimento *in casu*, acolhimento das razões de defesa, comunicação ao jurisdicionado e arquivamento, sendo aprovado por unanimidade. Por fim, relatou os Processos TCE-RJ nºs 212162-3/2017 (Prestação de Contas de Ordenador de Despesa da Prefeitura Municipal de Duas Barras - exercício de 2016, sob a responsabilidade do Sr. Alex Rodrigues Leitão), com voto pela emissão de parecer prévio favorável à aprovação das contas de gestão do Chefe do Poder Executivo, com ressalvas e determinação; regularidade das contas do tesoureiro, com quitação, ressalva e determinação; comunicação ao atual presidente da Câmara; e arquivamento; 216196-4/2014 (Prestação de Contas de Ordenador de Despesa da Prefeitura Municipal de Saquarema - exercício de 2013, sob a responsabilidade da Sra. Franciane Conceição Gago Motta), com voto pela emissão de parecer prévio favorável à aprovação das contas de gestão da Chefe do Poder Executivo, com ressalvas e determinação; regularidade das contas da tesoureira, com quitação, ressalvas e determinação; comunicação ao atual presidente da Câmara; e arquivamento; e 227279-5/2015 (Prestação de Contas de Ordenador de Despesa da Prefeitura Municipal de Itaperuna - exercício de 2014, sob a responsabilidade do Sr. Alfredo Paulo Marques Rodrigues), com voto pela emissão de parecer prévio favorável à aprovação das contas de gestão do Chefe do Poder Executivo, com ressalvas e determinações; comunicação ao atual presidente da Câmara; regularidade das contas do tesoureiro, com ressalva, determinação, quitação; comunicação ao jurisdicionado; e arquivamento, sendo todos aprovados por unanimidade. O ~~Senhor Conselheiro-Substituto Marcelo Verdini~~ Maia devolveu sem voto-revisor o Processo TCE-RJ nº 218695-6/2014 (Contrato da Prefeitura Municipal de Seropédica), sendo Relatora a Senhora Conselheira Marianna Montebello Willemann, que votou pelo conhecimento *in casu*, reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva, comunicação ao jurisdicionado e arquivamento, havendo voto-revisor da Senhora Conselheira-Substituta Andrea Siqueira Martins, pela invalidade do contrato, aplicação de multa e comunicação. Na fase de votação, o Senhor Conselheiro-Substituto Marcelo Verdini Maia acompanhou a Relatora nas conclusões, por entender que no caso concreto não deveria prevalecer a aplicação de multa em razão de ela ser fundada na ausência de publicação em jornal de grande circulação em momento em que não eram claros os contornos dessa exigência. Registrou não haver incompatibilidade de seu posicionamento quando comparado àqueles constantes nos votos da pauta de devolução de vista da Senhora Conselheira Marianna Montebello Willemann, em que manteve o seu voto, pois, naqueles casos, havia peculiaridades que recomendaram a manutenção de decisão de declaração de ilegalidade do instrumento contratual e de penalização dos gestores em sede recursal. E, dessa forma, apesar de o fundamento da decisão de declaração de ilegalidade ter sido a ausência de publicidade da licitação em jornal de grande circulação, era importante considerar que houvera apenas a participação de um licitante no certame, havendo indícios de restrição à competição e, no presente caso, foram três participantes. Além disso, concluiu, naquela situação, diferentemente, o Chefe do Poder Executivo fora multado com fundamento no art. 163, inc. IV, da Lei Complementar 63/1990, e não pela inobservância da regra relativa à publicidade. Na sequência, a Senhora Conselheira-Substituta Andrea Siqueira Martins apresentou uma questão relativa a um tema específico na fundamentação de seu voto, com relação à aplicabilidade da Teoria do Dano Direto e Imediato aos processos de controle externo. Explicou a Senhora Conselheira-Substituta que, em seu entendimento, as teorias do nexo de causalidade não se aplicavam aos processos de controle externo cuja consequência fosse exclusivamente a aplicação de sanção. Dessa forma, entendia que as normas sancionatórias do Direito Administrativo se aproximavam do Direito Penal, que deveriam ser aplicadas somente em responsabilidade por dano ao erário, às teorias do nexo de causalidade que melhor se amoldassem aos princípios, regras e teorias desenvolvidas pelo Direito Privado. Por essa razão, procedia a essa cisão, quando havia dano envolvido, entendendo que a teoria iria se ajustar de acordo com o caso concreto e, com relação à aplicação de sanção, não haveria que se falar em aplicação de teoria de nexo de causalidade, porque as normas se aproximavam do Direito Penal sancionador. Retomando a palavra, a Relatora observou que o Senhor Conselheiro-Substituto Marcelo Verdini Maia divergia de um dos fundamentos por ela levantados, não só no voto originário, mas também em sua complementação de voto, e acompanhava a fundamentação, em relação à causalidade ou a esse aspecto, da Revisora. Ponderou que era importante que o Plenário deliberasse a esse respeito, tendo antecipado que esse tema fora submetido ao Colegiado e, devido às divergências, não mais mencionava em seus votos apresentados em Plenário Virtual e nos votos que vinha elaborando após o início dessa discussão, sobre as teorias do nexo de causalidade. Registrou que, uma vez que fosse deliberado, passaria a acompanhar, pela Colegialidade, o entendimento da Revisora ou, caso contrário, adotar-se-ia a Teoria do Dano Direto e Imediato. Concedida a palavra ao Senhor Conselheiro-Substituto Christiano Lacerda Ghuerrren, este solicitou vista do processo. Prosseguindo em sua pauta, o Senhor Conselheiro-Substituto devolveu sem voto-revisor, mas com declaração de voto, o Processo TCE-RJ nº 216088-3/2014 (Prestação de Contas de Subvenção e Auxílio do Fundo Municipal para a Infância e Adolescência de Campos dos Goytacazes) à Senhora Conselheira Marianna Montebello Willemann, que votou pelo reconhecimento da decadência para fins de julgamento e condenação em débito. Na fase de votação, o Senhor Conselheiro-Substituto procedeu à leitura do resumo de sua declaração, em que informou ter havido a necessidade de melhor aprofundar o tema posto em discussão nos autos, notadamente a questão acerca da natureza do prazo previsto no art. 125, inc. XII, da Constituição do Estado do Rio de Ja-

neiro, introduzido pela Emenda Constitucional nº 57/2014 para julgamento das prestações e tomada de contas. Ressaltou ter julgado importante verificar em que medida o entendimento ora manifestado se aproximava ou não da decisão proferida nos autos do Processo TCE-RJ nº 220557-8/1999, no qual, após amplo debate, o Plenário concluiu pela necessidade de deliberar sobre o julgamento das contas, ainda que reconhecida a extinção de punibilidade da jurisdição de contas pelo advento da prescrição. Então, em síntese, propunha uma diferenciação entre os processos que ingressaram antes e depois da entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 57/2014. No caso em tela, esclareceu tratar-se de um processo que ingressara na Corte posteriormente à entrada em vigor da aludida emenda constitucional, de forma que com entendimento que ora se estabelecia acerca da natureza decadencial do prazo para julgamento das prestações e tomadas de contas, o Tribunal passaria a ter o prazo ininterrupto de cinco anos, contados do término do exercício seguinte àquele em que as contas foram apresentadas para apreciação. Diferentemente, em se tratando de prestações e tomada de contas que ingressaram no Tribunal antes da entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 57/2014, a ausente regra específica quanto ao prazo para julgamento das prestações e tomadas de contas aplicava-se, por analogia às normas do Direito Público, o prazo prescricional de cinco anos, tal como abordado no *leading case* objeto do processo TCE-RJ nº 210470-1/2002. Por se tratar de natureza prescricional, igualmente como abordado no referido *leading case*, o prazo se sujeitaria à ocorrência de eventuais causas suspensivas, interruptivas e impeditivas. Dessa forma, proseguiu, apresentada esta diferenciação, dever-se-ia estabelecer qual seria o desfecho da situação diante da constatação de ocorrência de decadência ou de prescrição. Nesse sentido, esse ponto merecia especial atenção, em sua opinião, para que fosse possível distinguir as medidas a serem adotadas pelo Tribunal em cada uma das hipóteses. Em recente precedente aprovado por esta Corte, referente à tomada de contas especial que ingressara no Tribunal, anteriormente à vigência da Emenda Constitucional nº 57/2014, e, portanto, que trabalhava com a hipótese do prazo prescricional para julgamento, dentre outras discussões relevantes, foram abordadas as consequências da prescrição quinquenal para o julgamento meritório das contas e, após pedidos de vista e discussões travadas em Plenário, restara vencedor o voto da Senhora Conselheira Marianna Montebello Willemann, o qual, poder-se-ia dizer, adotara uma espécie de terceira via entre aquelas que, inicialmente, foram apresentadas. Em resumo, registrou que o Plenário concluiu que a constatação da ocorrência da prescrição, embora não impedisse o julgamento das contas propriamente ditas, considerando as três dimensões dos processos dessa natureza, determinava o reconhecimento da extinção da punibilidade com relação ao responsável. Por outro lado, na hipótese de decadência, que era tratada nos presentes autos, indicava a Relatora que o desfecho do processo fosse tão somente o reconhecimento de sua ocorrência, sem prejuízo de eventual condenação em débito que era regido pelo prazo prescricional quinquenal para o ressarcimento ao erário, Tema 899 da Sistemática de Repercussão Geral. Destacou que a Relatora, contudo, não tecera considerações a respeito da possibilidade de se prosseguir com o julgamento das contas à despeito da decadência. Nesse sentido, em especial as dimensões do julgamento de contas, embora concordasse com o argumento do Acórdão do TCU 676/2018, citado pela Relatora no Processo TCE-RJ nº 220557-8/1999, de que o reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva daquele Tribunal atingiria apenas as sanções previstas na sua Lei Orgânica, não constituindo impedimento para que as contas fossem julgadas irregulares, afirmando que embora tal julgamento poderia decorrer da inexistibilidade por força da Lei Complementar nº 64/1990, esta não era a pena, mas, ao contrário, o exercício pleno da cidadania. Assim, entendia necessário reforçar que tal entendimento não significava que as contas julgadas irregulares trouxessem como consequência, apenas, a possibilidade de punição no âmbito da jurisdição de contas, quer seja na aplicação de multa, os arts. 62 e 63 da Lei Complementar 63/1990, quer seja na aplicação de outras sanções, que é o art. 66, da Lei Complementar 63/1990, ou, ao contrário, o exercício pleno da cidadania, visto que o julgamento pela irregularidade das contas sujeitava o gestor, por decorrência lógica, a condenações civis, penais e administrativas, extrapolando-se a dimensão da punibilidade do gestor falso quando do julgamento da gestão do administrador responsável pelo Tribunal de Contas, para além da jurisdição de contas. Retomando ao ponto central em debate, dos efeitos da decadência, remarcou que o desfecho de mero reconhecimento de decadência no presente processo, parecia-lhe estar em linha com o próprio conceito do instituto, uma vez que a declaração de decadência implicava em reconhecer que restava fulminado o direito potestativo, que era o periclitamento do próprio poder/dever que o Tribunal possuía de julgar as contas, fulminando, também, os demais consectários lógicos decorrentes sob a alçada deste Tribunal como assim exposto. Diferentemente na prescrição, o decurso do prazo quinquenal atingiria tão somente a pretensão de julgamento das contas - mas não ao direito em si - , sendo certo que muito embora o Tribunal não pudesse atribuir ao julgamento as consequências que lhe eram próprias, a exemplo da inclusão sem ressalvas no nome do responsável na lista de gestores com contas rejeitadas a serem enviadas à Justiça Eleitoral, poderia dar continuidade ao julgamento das contas e também aos demais consectários lógicos decorrentes. Retomando a palavra, a Relatora informou que estava esperando uma divergência em relação a esse tema, pois a interpretação do art. 125, inc. XII, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, era um tema sensível para o Tribunal. E o Plenário não havia se debruçado sobre o sentido e alcance deste artigo exatamente porque ele não era aplicável aos processos até então. Dessa forma, lembrou que, a partir especialmente do exercício de 2021, iniciara-se o debate sobre esse tema porque os prazos começavam, então, a chegar na forma do art. 125, inc. XII. E, ao estudar o assunto, não conseguira interpretar esse dispositivo senão reconhecendo nele a fixação de um prazo decadencial. Esta era a razão por que havia esperado que o Senhor Conselheiro-Substituto viesse a apresentar um outro encaminhamento, porque reconhecer aquele prazo como decadencial trazia uma série de implicações que tinham desdobramentos bastante consideráveis. Lembrou que havia, represados em seu gabinete, alguns processos com desdobramentos em relação a esse tema. Assim, sugeriu que houvesse uma solicitação de vista, buscando minimizar uma eventual aparente incoerência, e que esse dispositivo poderia ser melhor trabalhado para minimizar uma possível compreensão equivocada quanto ao desfecho desses processos, havendo, por isso, na sequência, corroborando o entendimento da Relatora, solicitada vista do processo a Senhora Conselheira-Substituta Andrea Siqueira Martins. A ~~Senhora Conselheira-Substituta Andrea Siqueira Martins~~ retirou os Processos TCE-RJ nºs 103272-2/2010, 101812-6/2011, 131231-2/2011, 132912-5/2011, 101958-8/2012, 113905-7/2012, 115373-2/2012, 118533-5/2012, 100722-2/2013, 104334-9/2013, 118290-7/2013, 108669-2/2014, 102600-8/2016, 102602-6/2016 e 104663-6/2017. Solicitou vista dos Processos TCE-RJ nºs 206160-5/2019 (Relatório de Auditoria Governamental - Auditoria de Conformidade - Ordinária na Prefeitura Municipal de Niterói), 103058-8/2017 (Relatório de Auditoria Governamental - Levantamento - Ordinária no Fundo Único de Previdência Social do Estado Rio de Janeiro) e 102445-7/2020 (Relatório de Auditoria Governamental - Acompanhamento - Ordinária no Gabinete do Vice-Governador) a Senhora Conselheira Marianna Montebello Willemann. No Processo TCE-RJ nº 102461-1/2020, registrou-se o impedimento do Senhor Conselheiro-Substituto Marcelo Verdini Maia. O ~~Senhor Conselheiro-Substituto Christiano Lacerda Ghuerrren~~ relatou o Processo TCE-RJ nº 225576-0/2020 (Consulta da Prefeitura Municipal de Porto Real), formulada pelo Prefeito do Município de Porto Real, por meio da qual pretendia que esta Corte manifestasse entendimento quanto à aplicação da vedação trazida no inciso IX do artigo 8º da Lei Complementar nº 173/2020, em face do direito à concessão de quinquênio, progressão por tempo de serviço, adicionais e gratificações a servidores municipais, com base na Lei Municipal nº 376/09 - seu Estatuto -, bem como da aplicação do artigo 10, da mesma lei específica, sobre o prazo de validade do concurso público realizado pelo Município de Porto Real, Edital nº 001/18, homologado em 26/04/2019, tendo votado pelo conhecimento da presente Consulta; e por diligência interna, a fim de que o Corpo Instrutivo, a Procuradoria-Geral e o Ministério Público Especial se manifestassem a respeito da matéria questionada na presente Consulta, à luz do recentemente decidido pelo Supremo Tribunal Federal nas ADI's nºs 6442, 6447, 6450 e 6525, sendo aprovada por unanimidade. As dezesseis horas e cinquenta minutos, nada mais havendo a ser tratado, a Presidência deu por encerrados os trabalhos; e, para constar, lavra-se a presente ata, que, após lida, e aprovada pelo Plenário, será assinada pelo Senhor Presidente. E eu, (documento assinado digitalmente), Simone Amorim Couto, Subsecretária das Sessões, subscrevo-a.

(documento assinado digitalmente)
Conselheiro Rodrigo Melo do Nascimento
Presidente

VOTOS APROVADOS NA SESSÃO

Parte 1: processos envolvendo recurso, regularidade, registro e emissão de parecer prévio

- As publicações de regularidade em contas valem como quitação, nos termos do artigo 27, I, da Lei Complementar nº 63/90
- As publicações de regularidade com ressalva em contas valem como quitação com determinação, nos termos do artigo 27, II, c/c o artigo 22 da Lei Complementar nº 63/90
- As publicações de comprovação de recolhimento de multa/débito valem como quitação, nos termos do artigo 31 da Lei Complementar nº 63/90
- As publicações de irregularidade implicam a obrigação de recolhimento do débito/multa na forma dos artigos 23 e 62 da Lei Complementar nº 63/90, tratando-se de título executivo bastante para cobrança judicial, em caso de não-recolhimento no prazo, cabendo ainda as sanções previstas nos artigos 66 e 67 da Lei Complementar nº 63/90

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Órgão: RIOPREVIDÊNCIA - FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Processo TCE nº 102004-8/2016 (E-01/049/21/2014) - Interessado: FRANCISCA PEREIRA DE SOUSA TORRES LIMA - **Votos:** CONHECIMENTO, PROVIMENTO, COMUNICAÇÃO, REMESSA

Município de ARARUAMA

Órgão: PREFEITURA DE ARARUAMA

Processo TCE nº 229052-5/2018 - Interessados: HÉRIQUE DA COSTA CORRÊA, DANIELI CORREIA BRAZ - **Votos:** CONHECIMENTO, NÃO PROVIMENTO, PROVIMENTO PARCIAL, APLICAÇÃO DE MULTA, COMUNICAÇÃO, REMESSA

Município de CAMPOS DOS GOYTACAZES

Órgão: FUNDO MUN INF ADOL CAMPOS DOS GOYTACAZES

Processo TCE nº 295669-4/2015 - Interessados: SUELLEN ANDRÉ DE SOUZA, . AIR-